

O LIVRO DIDÁTICO EM EAD: PROBLEMATIZANDO SEU USO

Ribeirão Preto – SP – Abril 2013

Cláudia Regina de Brito – UNISEB – claudiadebrito@uniseb.com.br

Jeferson Ferreira Fagundes – UNISEB- jeferson.fagundes@uniseb.com.br

Kátia Cristina Nascimento Figueira – UEMS – katiafigueira@uems.br

Categoria B: Conteúdos e Habilidades

Setor Educacional 3: Educação Superior

Classificação da Área de Pesquisa em EaD

Macro D: Teorias e Modelos

Meso L: Formas de Assegurar a Qualidade

Micro M: Design Instrucional

RESUMO

O trabalho problematiza o uso do manual didático em educação a distância. Para tanto, historia a gênese do manual didático, discute sua naturalização nas instituições educativas enquanto instrumento de trabalho e de consulta docente, aponta as questões que emergem na operacionalização dos cursos a distância. Além disso, recupera a utilização dos clássicos como importante fonte de saber juntamente com a integração de mídias indicada como mecanismo de superação do manual didático.

Palavras-chave: manual didático, educação a distância, clássicos.

Introdução

Este trabalho tem por objeto discutir a arquitetura pedagógica instituída nos cursos de Educação a Distância, problematizando a constituição do livro didático enquanto uma das tecnologias mais adotadas conforme aponta o Censo EaD [1], no qual 78,8% das instituições credenciadas utilizam correspondência de material impresso (enviado por correio ou e-mail). Confirmando essa tendência, o Censo Ead de 2011[2] indicou a presença de 1.917 (um mil novecentos e dezessete) profissionais na categoria “Especialista

no conteúdo/produtor de conteúdo” das instituições credenciadas, traduzindo a importância que este profissional e, por conseguinte, o trabalho por ele gerado para o desenvolvimento de programas de Educação a Distância em Instituições Educacionais.

Para tanto, como forma de compreender seu uso, aborda inicialmente a gênese do livro didático na Europa e sua instituição no Brasil. A seguir, problematiza os aspectos de ordem teórica e operacional que envolve a superação deste instrumento, a concepção sobre tecnologia e o uso das obras clássicas integradas a outras mídias como estratégia e posicionamento teórico sobre a formação almejada e, ainda, como superação de um modelo que revela traços de seu anacronismo.

1- A gênese do livro didático

A discussão sobre o livro didático utilizado nos cursos de Educação a Distância merece inicialmente análise acerca da gênese da organização do trabalho didático nos termos propostos por Alves [3], pois compreendendo sua origem podemos problematizar como - e se - esta forma atende às necessidades dos estudos assentados no uso da tecnologia.

De acordo com o autor, a atual organização do trabalho didático teve origem no século XVII, com João Amós Comenius, inspirado pela organização manufatureira do trabalho. Partindo da premissa de que a manufatura foi a superação do trabalho artesanal medieval ao decompô-lo em partes e especializando os artífices, o autor identifica a correspondência da proposta explicitada na obra *Didática Magna* com a emergência de uma nova força produtiva que naquele momento ensejava nova configuração ao trabalho. Com o propósito de uma pessoa “ensinar tudo a todos”, Comenius é assim analisado pelo autor:

[...] o educador morávio pressupunha uma organização para a atividade de ensino, no interior da escola, que visava equipará-la à ordem vigente nas manufaturas, onde a divisão do trabalho permitia que diferentes operações, realizadas por trabalhadores distintos, se desenvolvessem de forma rigorosamente controlada, segundo um plano prévio e intencional que as articulava, para produzir mais resultados com economia de tempo, de fadiga e de recursos. [3].

Para corroborar esta assertiva o autor identifica na obra comeniana os elementos que permitem distinguir a consciência dos condicionantes econômicos que comprometiam a expansão da escola, tais como a falta de pessoas que teriam conhecimento do método, a dificuldade de remuneração de várias pessoas em muitas localidades implicando em elevação dos custos e resultando em uma seleção dos alunos com atendimento voltados aos ricos [3](id. Ibid., p. 85). Na ótica do autor, o mecanismo para a resolução dos entraves apontados seria a transformação do instrumento didático no manual didático:

Colocada tal discussão no leito econômico, é conferido um outro realce à obra do educador morávio. Isto é, paralelamente às finalidades religiosas e civis que tornavam imperiosa a expansão da *escola para todos*, a possibilidade de realizá-la repousava em seu barateamento. Necessariamente, portanto, a solução preconizada por Comenius deveria perseguir a queda dos custos da escola pública, condição sine qua non de sua universalização. A partir dessa premissa, a ninguém pode causar estranheza o fato de o '*remédio para as dificuldades*' ser buscado, prioritariamente, na transformação do instrumental do trabalho didático. [3].

Este princípio foi identificado pelo autor na proposição comeniana:

8. Uma só coisa é de extraordinária importância, pois se ela falta, pode tornar-se inútil toda a máquina, ou, se está presente, pode pô-la toda em movimento: uma provisão suficiente de livros pan-metódicos. [3].

Alves identifica o surgimento do manual didático naquele período histórico dando possibilidade a simplificação e objetivação do trabalho didático com queda dos custos dando, portanto, resposta à necessidade de universalização do ensino. Tal adoção dispensou a escola do livro clássico e ensejou a constituição de um novo profissional que antes, no período do trabalho artesanal era conduzido pelo preceptor, dotado de condições para realizar um trabalho com grau maior de complexificação para outro profissional mais desqualificado:

O primeiro, um sábio que na condição de preceptor, realizava desde as operações correspondentes à alfabetização até a transmissão das noções humanísticas e científicas mais elaboradas, cedia lugar ao professor manufatureiro, que passava a se ocupar de uma pequena parte desse extenso e complexo processo. Como decorrência da divisão do trabalho

didático em níveis de ensino, em séries e áreas do conhecimento, tal como a concebera Comenius, o professor de especializava em algumas operações, constitutivas de unidades identificadas como etapas da escolarização, tornando-se dispensável o domínio prático do processo de formação da criança e do jovem como um todo. Em conseqüência, do ponto de vista teórico o professor poderia conhecer menos, do que se conclui que estava submetendo-se a um processo de especialização idêntico ao que atingira o artesão. [3].

A origem do livro didático, que atende às necessidades históricas de um determinado momento é importante, pois para o autor, a sua gênese guarda correspondência com os dias atuais em que a utilização do manual didático isenta o uso do clássico como expressão das contradições da sociedade ao longo de sua história e precariza a formação do aluno, que não faz uso desse rico instrumental, e do professor que se vale de conteúdos aligeirados e desconectados com os contextos sociais que os geraram.

No Brasil, sua utilização remonta ao Império com a criação do Colégio Pedro II que para atender a elite brasileira trazia os livros didáticos da Europa. A produção nacional de livros didáticos passou a ser intensificada a partir de 1930, no governo Vargas, assentado no pressuposto de construção de uma nação forte bem como limitado pelos custos de importação de livros decorrentes da crise instalada por conta da quebra da Bolsa de Valores em 1929. Assim, fomentando a produção nacional dos livros, Silva aponta a intensificação no Estado Novo e o seu uso:

Em 1937, sob o pretexto de conter o avanço do comunismo no Brasil, Getúlio Vargas aplicou um Golpe de Estado. Como meio de garantir a sobrevivência da ditadura, que se iniciou neste período conhecido como Estado Novo, Vargas criou uma série de mecanismos de censura e controle político-ideológico da sociedade. O congresso foi fechado, os partidos políticos destituídos e a imprensa mantida sob o mais rigoroso controle estatal. Em 1938, sob o comando do Ministério da Educação e Cultura, chefiado agora por Gustavo Capanema, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que tinha como subordinadas as Comissões estaduais de livros didáticos (CELD), estabelecendo o controle político e ideológico da produção e distribuição de livros didáticos no país pela ditadura Vargas. [4].

Mesmo após o fim do Estado Novo, os manuais didáticos continuaram a ser utilizados, alterando seus enfoques e tempo de adoção, tendo o Estado

assumido papel preponderante no financiamento dessa produção. Nos anos 1960 em razão da expansão quantitativa das escolas o Estado passou a subsidiar a produção dos livros por meio do Banco do Brasil, tendo criado em 1966 a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED – responsável pelo envio de informações de livros já publicados ao governo que após análise os comprava diretamente das editoras para distribuição nas escolas. Em 1970 “o MEC passou a produzir livros didáticos em coedição com o setor privado. Esta incumbência foi dada ao Instituto Nacional do Livro e, posteriormente, à Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME).” [4].

Após 1985, período de redemocratização, foi instituído o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – que tinha o objetivo de universalizar de forma gradativa o livro didático, por meio de distribuição gratuita aos alunos de títulos escolhidos pelos professores. Sobre esta questão assinala Silva:

Apesar de o volume de vendas de livros não didáticos ter crescido nos últimos anos e de as redes privadas de ensino representarem um bom mercado, a vitalidade do setor editorial no Brasil se deve à compra de grandes quantidades de exemplares pela Fundação de Assistência ao Educando (FAE), órgão do Ministério da Educação (MEC), através do PNLD. Os livros didáticos, impulsionados sobretudo pelo PNLD, são responsáveis por sessenta por cento de todo o faturamento da indústria livresca no Brasil. [4].

Ao discutirmos a valorização do livro didático em nossa sociedade, visto sua primazia em todas as instâncias da sociedade, notadamente do Estado, que incorpora seu uso em diversas políticas públicas, há que se refletir sobre esta incorporação no processo de ensino e aprendizagem e sua responsabilização como elemento primordial para a construção do conhecimento, objeto de análise a seguir.

2- O livro didático e a educação mediada por tecnologia

Para levarmos a termo esta reflexão, adiciona-se à preocupação já apontada, a da viabilização educacional em sistemas operacionais mais complexos como a educação a distância que trata de dimensões ampliadas numericamente. Dito de outra forma: como garantir a efetividade da apreensão, reelaboração e construção do conhecimento em se tratando do grande número de alunos e dos custos que envolvem todas as etapas do processo? Quais são os limites e as possibilidades que a educação mediada pela tecnologia possui

na superação de um instrumento que se naturalizou em nossa sociedade como ferramenta educacional e, muitas vezes, como fonte de consulta de alguns docentes? Essa superação é possível e viável? Estas são questões que se não possuem respostas acabadas, podem suscitar de todos os sujeitos envolvidos uma discussão com vistas ao amadurecimento e reflexão que pode vir a promover mudanças significativas em nossas práticas como educadores.

Posto essa discussão, para compreendermos o uso do manual didático em cursos a distância, é importante nos determos sobre o que vem a ser tecnologia. Partimos do pressuposto de que a tecnologia não se dissocia das relações sociais, ou seja, não é descentrada dos agentes sociais que lhe cria, utiliza e altera a práxis humana. Assim, a tecnologia é entendida nos termos propostos por Carvalho:

[...] faz-se necessário mudar a maneira como se interpreta o avanço tecnológico, passando-se de uma postura racionalista estrita, para uma visão mais abrangente do fenômeno, onde a sociedade é, antes de tudo, um produto das relações que se estabelecem entre os homens e que interferem na lógica de seu desenvolvimento, inclusive no desenvolvimento da tecnologia.

Esta ótica chama a atenção para a interação recíproca entre os diversos elementos que compõem a sociedade. Assim, na mesma medida em que não se pode falar em tecnologia sem considerar as transformações sociais que estão ao mesmo tempo provocando e favorecendo seu desenvolvimento, também não se pode analisar a sociedade sem que se leve em consideração as transformações tecnológicas que estão ocorrendo dentro dela. Ou seja, sociedade e tecnologia são fenômenos indissociáveis e as transformações que ocorrem num deles altera, reciprocamente, o outro. [5].

Estabelecido este princípio, em que concretamente os sujeitos constroem e efetivam as mudanças na sociedade, soma-se a ele o entendimento de que comportamentos, práticas e concepções também podem ser alteradas e ressignificadas. Neste sentido, o uso do livro didático utilizado pode vir a romper seu vínculo original partindo do pressuposto de que a integração de mídias é condição essencial para essa superação juntamente com a formação que deve inserir o uso dos clássicos como forma de captar as raízes do conhecimento. Isso implica na concepção do que vem a ser uma obra clássica:

Clássicas são aquelas obras de literatura, de filosofia, de política, etc., que permaneceram no tempo e continuam sendo buscadas como fontes do conhecimento. E continuarão desempenhando essas funções pelo fato de terem registrado com riqueza de minúcias e muita inspiração, as contradições históricas de seu tempo. [6].

Neste sentido, cabe ressaltar que a intenção não é de trazer o humanismo existente desde os primórdios da humanidade, porém o intuito é forjar um novo humanismo capaz de refletir sobre esse homem gestado nas bases de outra configuração societária.

A obra clássica não se reveste da ótica fragmentada e recortada do manual didático que deixe lacunas ao perder o vínculo conceitual entre o sujeito e objeto, ao produzir esfumaçamento na percepção do homem produtor e sujeito histórico de sua existência. Seu caráter é apreender as contradições que envolvem a sociedade, revelar o conhecimento significativo que promove a construção de julgamentos e análises centradas na reflexão do homem enquanto produtor de sua existência, em seu processo civilizatório.

Nesses termos, é importante considerar que as mudanças advindas com a intensificação tecnológica promovem alterações em várias instâncias das instituições de ensino e, no caso específico do ensino superior um exemplo é a dinâmica da produção do conhecimento voltada para os grupos de pesquisa articulados em rede, para a multiplicidade de uso das fontes digitais na prospecção de fontes, na troca de informações e na produção e circulação do conhecimento. Assim, cabe a todos nós questionarmos se nossas práticas podem ser reelaboradas em novos termos com vistas à superação de modelos fetichizados e com os quais não promovemos rupturas nem superação, antes, nos movemos sem sincronia com as demandas de outras sociabilidades.

As considerações anteriormente apontadas nos conduzem para a preocupação com a confluência da obra clássica com o novo leitor que se movimenta no universo da linguagem hipermidiática, erigida sobre o hipertexto. O eixo-motriz centrado na utilização da obra clássica que, para o leigo, afasta das demandas da sociedade contemporânea marcada pela fragmentação, em nossa concepção seria o elemento que possibilitaria a apreensão do todo, porém rompendo com a exclusividade do livro didático.

Tal rompimento, nesse sentido, é possível ao se retirar a centralidade do livro didático e o transformar em um ponto que possibilitará de forma orientada a associação com mídias diversas e com vistas a construção do leitor imersivo. A categoria do leitor imersivo de acordo com Santaella [6] pode ser identificada como aquele marcado pelas transformações sensoriais, perceptivas e cognitivas, sendo, assim, “a grande marca identificatória do leitor imersivo está, sem dúvida, na interatividade”. Tal marca relaciona-se de forma estreita com as seguintes transformações:

As reações motoras, perceptivas e mentais também se fazem acompanhar por uma mudança de ritmo que é visível na agilidade dos movimentos multidirecionais, ziguezagueantes na horizontal, vertical e diagonal com que o olhar do infonauta varre ininterruptamente a tela, na movimentação multiativa do ponteiro do *mouse* e na velocidade com que a navegação é executada. Não há mais tempo para a contemplação. A rede não é um ambiente para imagens fixas, mas para a animação. Não há mais lapsos entre a observação e a movimentação. Ambos se fundem em um todo dinâmico e complexo. O automatismo cerebral é substituído pela mente distribuída, capaz de realizar simultaneamente um grande número de operações. Observar, absorver, entender, reconhecer, buscar, escolher, elaborar e agir ocorrem em simultaneidade.[6].

Se estiver em construção uma nova tipologia de leitor, em consonância com a sociedade cuja tecnologia se torna multiuso, a centralidade no livro didático revela seu anacronismo, bem como a necessidade de lhe conferir outra funcionalidade ou terá a marca da obsolescência. A questão que emerge é: como ressignificá-lo ou abandoná-lo sem que se perca na fragmentação que nos revela apenas o microcosmo? Se a leitura da obra clássica confere a visão do todo, isto por si só não basta nesse universo marcado pela heterogeneidade midiática. Assim, o livro didático pode ser entendido não como elemento central, porém como mais um instrumento que dialoga com outras mídias que convergem para a construção do perfil analítico e proativo que se deseja formar no âmbito da educação.

Conclusão

À guisa de conclusão, em nossa proposta, a reflexão sobre o livro didático como um dos elementos dos cursos de Educação a Distância requer um planejamento das disciplinas de maneira integrada, ou seja, que os gestores na condução do curso tenham esse perfil mais integrador,

principalmente os docentes que em vez da formação adstrita a “caixas” fechadas no âmbito de sua formação, estructurem planejamentos coletivos voltados para uma discussão integradora de uma obra de referência por meio de uma multiplicidade de recursos. Assim, o planejamento coletivo do curso também será construído com os profissionais de mídia, não como apêndices que ilustram ou apóiam as aulas, mas superando esse trabalho, com distribuição igual de importância às estratégias midiáticas. O caminho, portanto, é de ir e vir, do todo para a parte e da parte para o todo, como forma de conseguir a construção reflexiva que se quer atingir.

REFERÊNCIAS

- [1] CENSO EAD. BR: **Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil**. São Paulo: Pearson Education do Brasil; ABED, 2010.
- [2] CENSO EAD. BR:.. São Paulo: Pearson Education do Brasil; ABED, 2012, p. 127.
- [6] ALVES, G. L. **O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001^a, p.27.
- [3] ALVES, G. L. **A Produção da Escola Pública Contemporânea**. Campo Grande: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001b, p. 83, 85, 86, 91
- [4] SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 25 mar. 2013, p. 808, 809, 810.
- [5] CARVALHO, Marília Gomes de. Tecnologia, desenvolvimento social e educação tecnológica. **Revista Educação &Tecnologia**. Curitiba, n. 1, jul. 1997, p. 70 – 87. Disponível em: <http://revistas.ufpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1011> Acesso em: 15 abr. 2012, p. 71.
- [6] SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004. (Série Comunicação), p. 181, 182.